

**Odebrecht TransPort
Participações S.A.
e suas controladas**

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Odebrecht TransPort Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Odebrecht Transport Participações S.A. (a "Companhia" ou "OTPP") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Odebrecht Transport Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração **sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Transport Participações S.A. e da Odebrecht Transport Participações S.A e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, xx de xxx de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Passivo e patrimônio líquido | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|--|------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|
| | 2011 | 2010 (reapresentado) | 2011 | 2010 (reapresentado) | | 2011 | 2010 (reapresentado) | 2011 | 2010 (reapresentado) |
| Circulante | | | | | Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 845.699 | 1.020.689 | 1.148.049 | 1.256.778 | Empréstimos e Financiamentos (Nota 12) | | 276.553 | 117.645 | 320.733 |
| Aplicações financeiras (Nota 7) | | | | 7.230 | Fornecedores e subempreiteiros | 437 | 471 | 104.189 | 76.266 |
| Contas a receber (Nota 8) | | | 26.066 | 14.384 | Partes relacionadas (Nota 13) | | | 9.840 | 478 |
| Despesas antecipadas (Nota 2.8) | | | 45.510 | 2.369 | Obrigações sociais e trabalhistas | 8.230 | 6.041 | 35.959 | 28.206 |
| Adiantamentos a fornecedores | 122 | | 13.780 | 524 | Parcelamento (Nota 15) | | | 14.805 | 11.700 |
| Estoques (Nota 2.7) | | | 16.660 | 11.210 | Programa de recuperação fiscal (Refis) (Nota 16) | | | 8.221 | 7.155 |
| Tributos a recuperar | 15.660 | 4.378 | 11.166 | 8.300 | Impostos, taxas e contribuições sociais | 1.051 | 437 | 19.503 | 15.901 |
| Demais contas a receber | 255 | 54 | 8.272 | 1.794 | Credor pela aquisição da concessão (Nota 14) | | | 4.321 | 3.927 |
| | | | | | Debêntures (Nota 12) | | | 129.974 | 24.857 |
| | <u>861.736</u> | <u>1.025.121</u> | <u>1.269.503</u> | <u>1.302.589</u> | Demais contas a pagar (Nota 2.17) | 103 | 699 | 14.938 | 65.944 |
| | | | | | | <u>9.821</u> | <u>284.201</u> | <u>459.395</u> | <u>555.167</u> |
| Não circulante | | | | | Não circulante | | | | |
| Aplicações financeiras (Nota 7) | | | 11.549 | 7.520 | Empréstimos e Financiamentos (Nota 12) | 251.850 | | 992.100 | 271.196 |
| Tributos a recuperar | | | | 6.245 | Parcelamento (Nota 15) | | | 71.397 | 81.697 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17 (a)) | | | 260.706 | 65.167 | Partes relacionadas (Nota 13) | | | 25.994 | 30.426 |
| Depósitos judiciais (Nota 19) | | | 5.155 | 3.609 | Debêntures (Nota 12) | 442.215 | 390.000 | 1.599.829 | 1.518.247 |
| Contas a receber (Nota 8) | | | 34.524 | 32.099 | Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17 (a)) | 136.394 | 548 | 395.178 | 234.386 |
| Partes relacionadas (Nota 13) | 52.865 | 4.742 | 104.652 | 49.724 | Credor pela aquisição da concessão (Nota 14) | | | 34.480 | 35.760 |
| Demais contas a receber | | | 11.344 | 2 | Programa de recuperação fiscal (Refis) (Nota 16) | | | 11.786 | 25.246 |
| | | | | | Provisão para contingências (Nota 19) | | | 78.226 | 56.053 |
| | <u>52.865</u> | <u>4.742</u> | <u>427.930</u> | <u>164.366</u> | Demais contas a pagar | | | 5.561 | 4.909 |
| | | | | | | <u>830.459</u> | <u>390.548</u> | <u>3.214.551</u> | <u>2.257.920</u> |
| Investimentos (Nota 9) | 987.907 | 645.725 | 64.819 | 2.668 | Patrimônio líquido (Nota 18) | | | | |
| Imobilizado (Nota 10) | 877 | 231 | 555.603 | 60.327 | Capital social | 243.466 | 220.493 | 243.466 | 220.493 |
| Intangível (Nota 11) | 1.325.179 | 341.970 | 4.199.564 | 2.891.499 | Reserva de capital | 1.856.076 | 1.249.933 | 1.856.076 | 1.249.933 |
| | | | | | Reservas de lucros | 156.336 | | 156.336 | |
| | <u>2.366.828</u> | <u>992.668</u> | <u>5.247.916</u> | <u>3.118.860</u> | Ajuste de avaliação patrimonial | 132.406 | 6.288 | 132.406 | 6.288 |
| | | | | | Prejuízos acumulados | | (133.674) | | (133.674) |
| | | | | | | <u>2.388.284</u> | <u>1.343.040</u> | <u>2.388.284</u> | <u>1.343.040</u> |
| Total do ativo | <u>3.228.564</u> | <u>2.017.789</u> | <u>6.517.419</u> | <u>4.421.449</u> | Participação dos não controladores | | | 455.189 | 265.322 |
| | | | | | | | | <u>2.843.473</u> | <u>1.608.362</u> |
| | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | <u>3.228.564</u> | <u>2.017.789</u> | <u>6.517.419</u> | <u>4.421.449</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------------|-------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| | | (reapresentado) | | (reapresentado) |
| Operações continuadas | | | | |
| Receita líquida (Nota 20) | | | 1.077.083 | 503.824 |
| Custos de construção (Nota 21) | | | (304.246) | (252.675) |
| Custos dos serviços prestados | | | (423.350) | (110.945) |
| Lucro bruto | | | 349.487 | 140.204 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Gerais e administrativas | (48.818) | (28.977) | (201.983) | (96.029) |
| Honorários da administração (Nota 13(ii)) | (5.012) | (1.091) | (12.802) | (4.161) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e resultado financeiro | (53.830) | (30.068) | 134.702 | 40.014 |
| Resultado de participação societária (Nota 9(b)) | 68.305 | (72.103) | (5.099) | |
| Resultado financeiro, líquido (Nota 22) | 10.224 | (15.906) | (230.047) | (164.705) |
| Resultado na combinação de negócios (Nota 24(b)) | 264.766 | | 264.766 | |
| Outras despesas, líquidas | (3) | 20 | 44 | (162) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 289.462 | (118.057) | 164.366 | (124.853) |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 17) | 548 | 750 | 107.008 | (3.973) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 290.010 | (117.307) | 271.374 | (128.826) |
| Atribuível a | | | | |
| Acionistas da Companhia | | | 290.010 | (117.307) |
| Participação dos não controladores | | | (18.636) | (11.519) |
| | | | 271.374 | (128.826) |
| Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$ mil | | | 1,1146 | (0,5843) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente Em milhares de reais

| | Atribuível aos acionistas da controladora | | | | | | | | | | | |
|--|---|-----------------|--------------------|------------------|-------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------|
| | Capital social | | Reserva de capital | | Reservas de lucro | | | | | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido | |
| | Subscrito | A integralizar | Subscrito | A integralizar | Legal | Realização de investimentos | Reserva de lucros a realizar | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | | | Total |
| Em 1 de janeiro de 2010 | 743 | | | | | | | | (16.367) | (15.624) | | (15.624) |
| Prejuízo do exercício | | | | | | | | | (117.307) | (117.307) | (11.519) | (128.826) |
| Ajuste de CPC 01 - contratos de concessão (Nota 9 (b)) | | | | | | | 5.280 | | | 5.280 | | 5.280 |
| Ajuste de conversão de investidas no exterior | | | | | | | 1.008 | | | 1.008 | | 1.008 |
| Total resultado abrangente do exercício | | | | | | | 6.288 | (117.307) | (111.019) | (11.519) | (11.519) | (122.538) |
| Aumento de capital social (Nota 18) | 242.723 | | | | | | | | | 242.723 | | 242.723 |
| Capital social a integralizar (Nota 18) | | (22.973) | | | | | | | | (22.973) | | (22.973) |
| Reserva de capital subscrita (Nota 18) | | | 1.823.460 | | | | | | | 1.823.460 | | 1.823.460 |
| Reserva de capital a integralizar (Nota 18) | | | | (573.527) | | | | | | (573.527) | | (573.527) |
| Efeito de não controladores sobre entidades consolidadas | | | | | | | | | | | 276.841 | 276.841 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 243.466 | (22.973) | 1.823.460 | (573.527) | | | 6.288 | (133.674) | 1.343.040 | 265.322 | 1.608.362 | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | 290.010 | 290.010 | (18.636) | 271.374 |
| Ajuste de conversão de investidas no exterior | | | | | | | 3.223 | | | 3.223 | | 3.223 |
| Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 24(b)) | | | | | | | 138.022 | | | 138.022 | | 138.022 |
| Ajuste de aplicação dos CPCs 37 e 43 (Nota 18(b)) | | | | | | | (8.404) | | | (8.404) | | (8.404) |
| Total resultado abrangente do exercício | | | | | | | 132.841 | 290.010 | 422.851 | (18.636) | | 404.215 |
| Aumento de capital social (Nota 18) | | | 32.616 | | | | | | | 32.616 | | 32.616 |
| Integralização de capital (Nota 18 (a)(i)) | | 22.973 | | 573.527 | | | | | | 596.500 | | 596.500 |
| Perda na transação de capital (Nota 2.22) e Nota 9(b)) | | | | | | | (6.723) | | | (6.723) | | (6.723) |
| Constituição de reservas (Nota 18(c)) | | | | | 7.816 | 111.390 | 37.130 | | (156.336) | | | |
| Efeito de não controladores sobre entidades consolidadas | | | | | | | | | | | 208.503 | 208.503 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 243.466 | | 1.856.076 | | 7.816 | 111.390 | 37.130 | 132.406 | | 2.388.284 | 455.189 | 2.843.473 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social | 289.462 | (118.057) | 164.366 | (124.853) |
| Ajustes para reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício: | | | | |
| Depreciação e amortização | 2.346 | 13 | 80.378 | 41.450 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (68.305) | 72.103 | 5.099 | |
| Provisão para contingências | | | 22.174 | 5.768 |
| Atualização do ativo Financeiro (ICPC01) | | | 3.622 | (378) |
| Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos | 90.638 | 34.827 | 345.421 | 219.616 |
| Tributos diferidos | | | (2.706) | (169) |
| Margem de construção | | | (2.043) | (2.817) |
| Perda (ganho) na baixa de intangível / imobilizado | | | 7.936 | (288) |
| Resultado na combinação de negócios | (264.766) | | (264.766) | |
| Outros | | 7.205 | 2.906 | 6.127 |
| Caixa proveniente das (aplicado nas) operações | 49.375 | (3.909) | 362.387 | 144.456 |
| Variações nos ativos e passivos: | | | | |
| Aplicações financeiras | | | 3.201 | (7.795) |
| Estoques | | | (5.450) | |
| Contas a receber | | | (18.278) | (4.012) |
| Tributos a recuperar | (11.282) | (3.402) | (16.332) | (4.850) |
| Despesas pagas antecipadamente | | | (38.301) | 3.300 |
| Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros | (121) | (1) | (5.686) | (21.638) |
| Outros ativos | (203) | (74) | (4.298) | (1.215) |
| Fornecedores e subempreiteiros | (34) | 471 | (55.022) | 50.160 |
| Impostos, taxas, salários e contribuições sociais | 2.803 | 1.478 | (17.217) | 6.543 |
| Credor pela aquisição da concessão | | | (3.018) | |
| Outros passivos | (596) | 697 | (4.056) | 519 |
| Caixa Aplicado nas Operações | | | | |
| Juros pagos | (62.665) | (1.547) | (161.700) | (120.093) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | (11.735) | (560) |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividade operacionais | (22.723) | (6.287) | 24.494 | 44.815 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Adições ao investimento em participações societárias | (105.100) | (588.772) | 112.724 | (225.667) |
| Adições ao imobilizado | (773) | (243) | (159.901) | (21.323) |
| Adições ao Intangível | | (1) | (294.491) | (656.843) |
| Partes relacionadas | | | (5.645) | |
| Crédito com pessoas jurídicas | | | (942) | 942 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (105.873) | (589.016) | (348.255) | (902.891) |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Dividas de curto e longo prazos, líquida | | | | |
| Captações | | | 458.762 | 1.341.969 |
| Amortização de empréstimos | | | (197.801) | (923.437) |
| Partes relacionadas | | | | |
| Recursos liberados | (41.999) | (111.442) | (48.081) | (122.969) |
| Recursos recebidos | 20 | 34.425 | 6.565 | 41.604 |
| Debêntures | | | | |
| Captações | | 390.000 | | 390.000 |
| Custo de captação | (4.415) | | (4.415) | |
| Aumento de capital social | | 1.303.000 | | 1.303.000 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | (46.394) | 1.615.983 | 215.031 | 2.030.167 |
| Aumento líquido (redução) de caixa e equivalente de caixa | (174.990) | 1.020.680 | (108.729) | 1.172.091 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 1.020.689 | 9 | 1.256.778 | 84.687 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 845.699 | 1.020.689 | 1.148.049 | 1.256.778 |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Odebrecht TransPort Participações S.A. (“Companhia” ou “OTPP”) de forma conjunta com suas controladas como “o Grupo”, é uma sociedade constituída em 12 de maio de 2008, inicialmente sob a denominação de Liubliana SP Participações S.A.. Em 3 de agosto de 2009, a Companhia foi adquirida pela Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), anteriormente denominada Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura (“OII”). Atualmente, a Companhia tem por objeto social:

- (i) Participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, portos, aeroportos, e/ou infraestrutura urbana;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviço público, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participação de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

Em 23 de abril de 2010, a denominação social da Companhia foi alterada de Liubliana SP Participações S.A. para Odebrecht TransPort Participações S.A.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização” ou “Grupo”), sendo controlada pela Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”).

Formação da atual estrutura societária

- (i) Em 17 de setembro de 2010, a Companhia aprovou o aumento do capital social no valor de R\$ 1.896.500, com emissão de 73.039.738 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 25,96 por ação, sendo R\$1,00 por ação, destinados ao capital social, e R\$ 24,96 por ação, a reserva de capital da Companhia. As ações emitidas pela Companhia foram totalmente subscritas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”), sendo integralizadas da seguinte forma: R\$ 1.300.000 em 29 de setembro de 2010 em moeda nacional e o restante de R\$ 596.500 integralizados em ativos em 22 de agosto de 2011 (Nota 24 (b)).

Após a conclusão da referida operação, o FI-FGTS passou a deter participação equivalente a 30% na Companhia, sendo os demais 70% referentes a participação da OTP, que detém o controle da Companhia.

- (ii) Em 12 de novembro de 2010, a OdTrans Holdings GmbH (“OdTrans”) adquiriu pelo valor de US\$ 227,570 mil (R\$ 392.660), 44,42% das ações da RTC e a totalidade dos títulos conversíveis em ações emitidos pela RTC, os quais foram convertidos em ações em 28 de fevereiro de 2011, dando a OdTrans um incremento de participação da ordem de 15,58%, elevando a uma participação total de 60% do capital social da RTC. Esta transação teve anuência do Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”) em 29 de dezembro de 2010.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A referida transação foi tratada como uma combinação de negócios, em conformidade com os novos pronunciamentos contábeis (Nota 24 (a)).

- (iii) Em 1º de março de 2011, a Companhia adquiriu 20% de participação na Logum Logística S.A. (“Logum”) pelo montante de R\$ 18.300. A Logum tem por objetivo social a implementação de um ou mais sistemas de transporte de etanol, derivados de petróleo e outros bicomcombustíveis no território brasileiro por prazo indeterminado.

Em 1º de julho de 2011, a investida teve o seu capital aumentado por meio da emissão de 33.029.777 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia pelo montante de R\$ 22.000.

Em 6 de setembro de 2011 a Logum teve o seu capital aumentado por meio da emissão de 28.432.428 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia pelo montante de R\$ 18.000.

- (iv) Em 22 de agosto de 2011, o FI-FGTS integralizou o montante de R\$ 596.500 (Nota 18(a)), conforme mencionado no item (i) acima, na OTPP mediante a conferência de 24.678.045 ações, a valor de mercado, de emissão da Embraport ao capital da Companhia, sendo que R\$ 22.973 foram destinados ao capital social e o montante de R\$ 573.527 foram destinados à conta de reserva de capital, a título de ágio na emissão de ações. Com isso, a Companhia adquiriu controle da investida passando a deter 57,82% do capital da Embraport (24,49% em 31 de dezembro de 2010). Essa aquisição de controle da Embraport foi tratada como combinação de negócios, nos termos dos parágrafos 41 e 42 do CPC 15 (Nota 24 (b)).
- (v) Em 27 de outubro de 2011, a Companhia passou a deter 50% de participação na Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e 50% de participação na Montgomery Participações S.A. (“MTG”), como resultado de movimentações societárias dentro do Grupo Odebrecht, a valor contábil.
- (vi) Em 9 de novembro de 2011, a controlada direta OdTrans destinou sua reserva de capital mediante versão de sua participação de 60% na sua controlada direta RTC e de contas a receber. Desta forma, a OTPP passou a deter diretamente 60% de participação no capital social da RTC.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades incluindo as entidades de propósito específico (EPE's), nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição previsto no CPC 15, "Combinação de negócios", para contabilizar as aquisições de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

Em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia mensura novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e reconhece no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultantes abrangentes, conforme apropriado.

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença, após refeitos todos os cálculos e confirmada a compra vantajosa, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações e participações não controladoras

O grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(iii) Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto são todas as entidades nas quais a Companhia compartilha o controle sobre a atividade econômica, incluindo o consentimento unânime entre as partes sobre decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade. Esses empreendimentos são consolidados na proporção da participação que a Companhia mantenha no capital das entidades.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as investidas da Companhia e os empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação que o Companhia mantém no capital dessas entidades. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis dessas entidades são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(iv) Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas em 31 de dezembro:

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | País | Participação no capital social(%) | |
|--|--------------|--------------------------------------|---------|
| | | 2011 | 2010 |
| Empresas consolidadas diretamente | | | |
| Concessionária Rota das Bandeiras S.A. | Brasil | 100,00% | 100,00% |
| Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. | Brasil | 74,00% | 74,00% |
| OdTrans Holding GMBH | Austria | 100,00% | 100,00% |
| Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. | Brasil | 57,82% | 24,49% |
| Rio Trens Corporation (*) | Ilhas Cayman | 60,00% | 60,00% |
| Empresas consolidadas proporcionalmente | | | |
| Hostens Holding S.A. | Brasil | 47,65% | 47,65% |
| Montgomery Participações S.A. | Brasil | 50,00% | |
| Concessionária Bahia Norte S.A. | Brasil | 50,00% | |
| Empresas controladas indiretamente | | | |
| Rio Trens Participações S.A. | Brasil | 60,00% | 57,75% |
| SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. | Brasil | 59,99% | 59,99% |

(*) Em 9 de novembro de 2011, a Companhia passou a deter o controle pela participação de 60% sobre a investida RTC, controlada indiretamente nas demonstrações sobre o período findo em 31 de dezembro de 2010.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos/(perdas), líquidos".

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Conversão de controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), são convertidos para real, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado, na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultados financeiros”, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nestes casos, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2011, compreendem "Contas a receber, demais contas a receber, aplicações financeiras" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo, para cada controlada, avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caso no período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas pela administração da Companhia e suas controladas, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

2.6 Contas a receber – Consolidado

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos os créditos de liquidação duvidosa “CLD” (*impairment*), se aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

As contas a receber das controladas CRB e CBN, são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

A controlada CRC possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (“CGPE”) a Contraprestação Adicional à Tarifa (“CAT”), que foi contratualmente concebida para garantir a CRC caixa suficiente para fazer face aos gastos relacionados com a manutenção da concessão obtida.

As contas a receber da controlada indireta SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“SuperVia”), são registradas pelos respectivos valores dos bilhetes emitidos, os quais são representados por bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores e vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.

2.7 Estoques – Consolidado

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

2.8 Despesas antecipadas – Consolidado

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos com consultoria jurídica e financeira e honorários para instituições financeiras por conta do financiamento com o BID em operações de empréstimos aprovados e ainda não liberados na Embraport, e que serão amortizados a partir do momento do efetivo recebimento do recurso, quando deverão ser reclassificados para financiamentos.

2.9 Adiantamento a fornecedores – Consolidado

Os adiantamentos a fornecedores representam valores concedidos a fornecedores, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Imobilizado – Consolidado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações Técnica ICPC 01, ICPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 e SIC 29 sobre Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo e suas controladas na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizado nas operações do Grupo, até este momento, os investimentos realizados são avaliados a valor justo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Eventual deságio, apurado é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(c) Direitos de outorga da concessão – Consolidado

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota 11 (b)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Quando não é possível determinar esse padrão com confiabilidade, o Grupo utilizado o método linear.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os encargos incidentes sobre as debêntures são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Credor pela aquisição da concessão - Consolidado

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante e não circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

2.16 Provisões - Consolidado

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A CRB reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. Esta provisão está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações, totalizando R\$ 1.224 em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 R\$ 700).

2.17 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

Bilheteria

A receita de venda de bilhetes compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo, quando aplicável.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

Pedágio

As receitas provenientes de pedágios de algumas controladas do Grupo e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades de algumas controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelo Grupo na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 e OCPC 05), já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Construção (CPC 17), segundo o método de custo acrescido de margem, que varia de 0% a 1% nas empresas do Grupo.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado do mês de competência, e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

A margem de lucro de construção do ativo intangível é econômica e não tem efeito caixa, por esta razão, está sendo apresentada como item de ajuste do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, para fins de determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais do Grupo.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A Companhia está adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

2.21 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nestas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo, esses depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução de um correspondente passivo constituído (Nota 19).

2.22 Perda na transação de capital

Mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários) nas demonstrações consolidadas.

Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não-controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado (Nota 9 (b)).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Reapresentação

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas após a mensuração dos valores reconhecidos provisoriamente na aquisição da RTC. De acordo com CPC 15 item 45, a Companhia ajustou retrospectivamente os valores, reconhecendo assim a alocação dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

| | 31 de dezembro de 2010 | | | | | |
|--|------------------------|-----------|---------------|-------------|---------------|---------------|
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | Original | Ajuste | Reapresentado | Original | Ajuste | Reapresentado |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 1.025.121 | | 1.025.121 | 1.320.152 | (17.563) (a) | 1.302.589 |
| Não circulante | 72.287 | 274.656 | 346.943 | 2.767.258 | 351.602 (b) | 3.118.860 |
| Investimento | 937.270 | (291.545) | 645.725 | | | |
| Total do ativo | 2.034.678 | (16.889) | 2.017.789 | 4.087.410 | 334.039 | 4.421.449 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | |
| Circulante | 284.201 | | 284.201 | 715.844 | (160.677) (c) | 555.167 |
| Não circulante | 390.548 | | 390.548 | 1.994.083 | 263.837 (d) | 2.257.920 |
| Patrimônio líquido | 1.359.929 | (16.889) | 1.343.040 | 1.359.929 | (16.889) (e) | 1.343.040 |
| Participação de não controladores | | | | 17.554 | 247.768 | 265.322 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.034.678 | (16.889) | 2.017.789 | 4.087.410 | 334.039 | 4.421.449 |
| Resultado | | | | | | |
| Receita | | | | 453.114 | 50.710 | 503.824 |
| Custo dos serviços | | | | (363.620) | | (363.620) |
| Gerais e administrativas | (30.068) | | (30.068) | (45.085) | (55.105) | (100.190) |
| Resultado de participação societária | (54.397) | (17.706) | (72.103) | | | |
| Resultado financeiro, líquido | (15.906) | | (15.906) | (140.997) | (23.708) | (164.705) |
| Outras receitas e despesas líquidas | 20 | | 20 | (162) | | (162) |
| Imposto de renda e contribuição social | 750 | | 750 | (2.566) | (1.407) | (3.973) |
| Prejuízo do exercício | (99.601) | (17.706) | (117.307) | (99.316) | (29.510) | (128.826) |
| Atribuível a | | | | | | |
| Acionistas da Companhia | | | | (99.601) | (17.706) | (117.307) |
| Participação dos não controladores | | | | 285 | (11.804) | (11.519) |
| Prejuízo do exercício | (99.601) | (17.706) | (117.307) | (99.316) | (29.510) (f) | (128.826) |

- (a) Refere-se a ajuste ao valor justo do contas a receber com Estado do Rio de Janeiro, decorrente de passivos sucessórios da Flumitrens, assumidos pela controlada indireta Supervia, com recebimento previsto até 2023.
- (b) Reconhecimento a valor justo do direito de acesso a infraestrutura decorrente do contrato de concessão.
- (c) Reclassificação como instrumento patrimonial dos títulos conversíveis em ações da RTC.
- (d) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças decorrentes da combinação de negócio, e reconhecimento de passivos assumidos.
- (e) Efeito da equivalência patrimonial e ajuste de conversão de investida no exterior dos meses de novembro e dezembro de 2010, após aquisição do controle da RTC.
- (f) Refere-se ao resultado da RTC Consolidado para o período de dois meses de 2010.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Reconhecimento de Receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção o Grupo utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial e exposição a risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros.

(b) Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(d) Risco cambial

O Grupo através de suas controladas direta, OdTrans e RTC, atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente a exposições de algumas moedas, basicamente ao euro e ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, com classificação AAA pelas agências de *rating*.

Segundo avaliação da administração da controlada indireta SuperVia, o risco de crédito é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos. A investida monitora esses recebíveis frequentemente. Com relação aos demais recebíveis, a administração considera baixo o risco de não liquidação.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Exposição a riscos de taxas de juros

O Grupo esta exposto ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP e do índice de inflação IPCA, principais exposições de risco de mercado do Grupo.

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A CRB, controlada da Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A CRB apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) para fins de taxa de juros TJLP e de índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

| Indicador | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| TJLP | 6,0% | 5,5% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% |
| IPCA | 5,5% | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 4,0% | 4,0% | 4,0% | 4,0% | 4,0% | 4,0% | | | |

* Fonte: Projeção Banco Santander - 02/jan/2012

Para os dois cenários adversos para fins de taxa de juros TJLP e de índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

| Indicador | Cenário I Provável | Cenário II Adverso possível | Cenário III Adverso extremo |
|-----------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| TJLP * | 5,11% | 6,38% | 7,66% |
| IPCA ** | 4,32% | 5,40% | 6,48% |

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Instrumento | Vencimento | Risco | Juros a incorrer (R\$ mil) | | |
|---------------------|------------|--------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | | | Cenário I Provável | Cenário II Adverso Possível | Cenário III Adverso extremo |
| Financiamento BNDES | abr/25 | Alta na TJLP | 101.329 | 117.992 | 134.469 |

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

| Instrumento | Vencimento | Risco | Juros a incorrer (R\$ mil) | | |
|---------------------|------------|--------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | | | Cenário I Provável | Cenário II Adverso Possível | Cenário III Adverso extremo |
| Debêntures | jul/22 | Alta no IPCA | 1.680.660 | 1.853.514 | 2.037.925 |
| Financiamento BNDES | mai/22 | Alta no IPCA | 25.788 | 28.932 | 32.318 |

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da CRB, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da CRB. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da CRB revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

O Grupo e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4.2 Gestão de capital - Consolidado

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para alcance desses objetivos, a Companhia exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim como outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011, podem ser assim sumariados:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12) | 2.839.548 | 2.135.033 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | <u>(1.148.049)</u> | <u>(1.256.778)</u> |
| Dívida líquida | <u>1.691.499</u> | <u>878.255</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>2.388.284</u> | <u>1.343.040</u> |
| Total do capital | <u>4.079.783</u> | <u>2.221.295</u> |
| Índice de alavancagem financeira - % | <u>41,46</u> | <u>39,54</u> |

5 Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria:

| | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total |
|---|--|--|------------------|
| 31 de dezembro de 2011 | | | |
| Ativos, conforme balanço patrimonial | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.148.049 | 1.148.049 |
| Aplicação financeira | 11.549 | | 11.549 |
| Contas a receber e demais contas a receber | | <u>80.206</u> | <u>80.206</u> |
| | <u>11.549</u> | <u>1.228.255</u> | <u>1.239.804</u> |
| | | Outros passivos financeiros | Total |
| 31 de dezembro de 2011 | | | |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 1.109.745 | 1.109.745 |
| Debêntures | | 1.729.803 | 1.729.803 |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | | <u>163.489</u> | <u>163.489</u> |
| | | <u>3.003.037</u> | <u>3.003.037</u> |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total |
|---|--|-------------------------------------|------------------|
| 31 de dezembro de 2010 | | | |
| Ativos, conforme balanço patrimonial | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.256.778 | 1.256.778 |
| Aplicação financeira | 14.750 | | 14.750 |
| Contas a receber e demais contas a receber | | 48.279 | 48.279 |
| | <u>14.750</u> | <u>1.305.057</u> | <u>1.319.807</u> |
| 31 de dezembro de 2010 | | | |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 591.929 | 591.929 |
| Debêntures | | 1.543.104 | 1.543.104 |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | | 186.806 | 186.806 |
| | | <u>2.321.839</u> | <u>2.321.839</u> |

6 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Caixa e bancos | 202 | 279 | 59.101 | 166.015 |
| Fundo fixo | 11 | 2 | 26 | 23 |
| Numerário em trânsito | | | 1.937 | 1.375 |
| Aplicações financeiras (*) | 845.486 | 1.020.408 | 1.086.366 | 1.089.070 |
| Fundo de troca | | | 619 | 295 |
| | <u>845.699</u> | <u>1.020.689</u> | <u>1.148.049</u> | <u>1.256.778</u> |

- (*) A Companhia mantém aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a 100,7% do CDI e aplicações em fundos de investimento que estão representadas por fundo contratado em 29 de setembro de 2010, junto a Caixa Econômica Federal, com remuneração à taxa de 100,6% do CDI e com liquidez diária. A controlada Embraport, possui Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") com emissão da Caixa Econômica Federal, remunerados a taxa de 75% a 102,7% do CDI, e liquidez diária.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicação financeira – Consolidado

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|---------------|----------------|
| Banco do Brasil ("BB") (a) | | 7.230 |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") (b) | <u>11.549</u> | <u>7.520</u> |
| | 11.549 | 14.750 |
| (-) Ativo circulante | | <u>(7.230)</u> |
| Ativo não circulante | <u>11.549</u> | <u>7.520</u> |

- (a) Refere-se à aplicação realizada junto ao BB, com prazo de vencimento de 6 meses, com a finalidade de garantir o montante necessário para pagamento do principal e acessórios da dívida da controlada CRB (debêntures e empréstimo do BNDES) nesse mesmo período, contados a partir da data de liberação dos respectivos recursos.

Para garantir as obrigações assumidas pela CRB, conforme cláusula 6^a do Contrato de Administração de Contas, em 10 de janeiro de 2011, a aplicação citada acima foi substituída por um Contrato de Constituição de Garantias e Outras Avenças (Seguro Fiança), no valor de R\$ 100.000 com vigência até o final das obrigações por ela garantidas, tendo como beneficiárias as empresas Oliveira Trust Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

- (b) A controlada CRC mantém junto ao BNB, um “fundo de liquidez” representado por uma aplicação financeira no montante de R\$ 7.532 (R\$ 7.520 em 31 de dezembro de 2010), que corresponde à seis prestações da segunda parcela do financiamento descrito na Nota 12.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído pela Companhia.

A controlada CBN mantém junto ao BNB um “fundo restrito” no montante de R\$ 4.017 que é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente a 3 parcelas do financiamento com o Banco do Nordeste, conforme previsto no contrato assinado junto à instituição financeira.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber – Consolidado

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento (a) | 16.979 | 31.936 |
| CGPE - Comitê Gestor de Programa Estadual de Parceria Público-Privadas | 10.795 | |
| DBTRANS Ltda. | 1.797 | 1.382 |
| Companhia Brasileira de Meios de Pagamento | 980 | 623 |
| Gratuidade - Decreto Estadual nº 36.993 (b) | 3.608 | 2.629 |
| Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (c) | 17.309 | 4.883 |
| Passe Expresso | 2.259 | |
| Crédito de liquidações duvidosas | (527) | (552) |
| Outros | <u>7.390</u> | <u>5.582</u> |
| | 60.590 | 46.483 |
| (-) Ativo circulante | <u>(26.066)</u> | <u>(14.384)</u> |
| Ativo não circulante | <u><u>34.524</u></u> | <u><u>32.099</u></u> |

(a) Recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágios.

(b) Reembolso a receber do Poder Concedente de R\$ 1 (um real) por estudante pela gratuidade concedida.

(c) Em 28 de dezembro de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Supervia relativos aos processos que envolvam sucessão. Os saldos foram ajustados a valor presente pelos efeitos da adoção do CPC 15.

**Odebrecht TransPort
Participações S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos

(a) Controladora

| | <u>Quantidade de ações possuídas</u> | | <u>Participação direta (%)</u> | | <u>Patrimônio líquido</u> | | <u>Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício</u> | |
|----------------|--------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|---------------------------|-------------|---|-------------|
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
| Emraport | 42.809.825 | 18.131.778 | 57,82 | 24,49 | 507.558 | 487.133 | (4.786) | 15.541 |
| Hostens | 103.143.795 | 100.902.808 | 47,65 | 47,65 | 110.653 | 103.287 | 4.015 | 3.427 |
| CRB | 556.799.050 | 556.799.050 | 100,00 | 100,00 | 449.141 | 350.716 | 68.425 | (65.143) |
| CRC | 19.385.740 | 19.385.740 | 74,00 | 74,00 | 21.723 | 21.864 | (141) | 1.101 |
| OdTrans | 35.000 | 35.000 | 100,00 | 100,00 | 1.726 | 381.457 | (7.669) | (13.214) |
| CBN (*) | 35.000.000 | | 50,00 | | 56.014 | | 9.124 | |
| Montgomery (*) | 12.078.757 | | 50,00 | | 25.669 | | (1.094) | |
| Logum | 24.649.083 | | 20,00 | | 264.037 | | (23.322) | |
| RTC (**) | 2.466.928 | | 60,00 | | 154.974 | | 14.284 | |

(*) Investimentos transferidos para Companhia em 27 de outubro de 2011, tendo como data base 30 de setembro de 2011 (Nota 1), a valor contábil.

(**) Investimento transferido para Companhia em 9 de novembro de 2011 (Nota 1).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos

| | Saldo no início do exercício | Adições | Reavaliação participação anterior (Nota 24(b)) | Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 18(b) e 24 (b)) (****) | Transferências (****) | Outros (* e (**)) | Perda em transação de capital | Equivalência patrimonial (***) | Saldo no final do exercício |
|-------------------------------|---------------------------------|----------------|---|---|--------------------------|----------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|
| Emraport | 119.299 | 596.500 | 414.653 | 138.022 | (986.376) | (1.007) | | (2.180) | 278.911 |
| Hostens | 49.216 | 1.597 | | | | | | 1.913 | 52.726 |
| Rota das Bandeiras | 350.714 | 30.000 | | | | | | 68.427 | 449.141 |
| Rota das Coqueiros | 16.210 | | | | | | | (107) | 16.103 |
| Concessionária Litoral Norte | 2.668 | | | | | | | | 2.668 |
| Odtrans Holding | 107.618 | 11.021 | | | (106.902) | (2.342) | | (7.669) | 1.726 |
| Montgomery | | 13.382 | | | | | | (548) | 12.834 |
| Bahia Norte | | 23.445 | | | | | | 4.562 | 28.007 |
| Logum (Nota 1(iii)) | | 58.300 | | | (828) | | | (4.665) | 52.807 |
| RTC | | | | | 102.459 | (11.324) | (6.723) | 8.572 | 92.984 |
| 31 de dezembro de 2011 | 645.725 | 734.245 | 414.653 | 138.022 | (991.647) | (14.673) | (6.723) | 68.305 | 987.907 |
| 31 de dezembro de 2010 | 162.420 | 382.414 | | | 166.706 | 6.288 | | (72.103) | 645.725 |

(*) O montante de R\$ 11.324 refere-se a R\$ 16.889 decorrentes do resultado para o período de dois meses da RTC ajustado em 2010 (Nota 2.23), líquido de ajuste de conversão de investida no exterior de R\$ 5.565.

(**) Em 2010, o montante de R\$ 6.288 refere-se, substancialmente, ajuste da adoção inicial dos CPCs aplicados nas controladas CRC e CRB.

(***) O saldo de resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.099 não eliminados para as demonstrações consolidadas referem-se:

(i) Equivalência patrimonial da Companhia sobre a investida Logum não consolidada no montante de R\$ 4.665.

(ii) Equivalência patrimonial da Montgomery sobre sua investida ViaQuatro, no montante de R\$ 434, não eliminados na consolidação.

(****) As reclassificações referentes a Emraport e Logum são de ágios apurados e transferidos para o intangível (Nota 11 (c)).

(*****) Inclui R\$ 13.493 de ágio baixado relativo a Emraport (Nota 11(c) (ii)).

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Informações sobre investimentos

- (a) Embraport – Participação de 24,49% adquirida pela Companhia em 30 de novembro de 2009, tem como objeto social o desenvolvimento do projeto, a construção e a exploração de terminais portuários e/ ou retro-portuários no Município de Santos e na sua área de influência. A Embraport encontra-se em fase pré-operacional, concentrando suas atividades na construção e desenvolvimento do empreendimento. O início das operações está previsto para 2012. Em 22 de agosto de 2011 foi adquirido o controle (Nota 24(b)).
- (b) Hostens – Constituída em 20 de fevereiro de 2009, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios.

Em 07 de janeiro de 2011, a investida Hostens teve seu capital aumentado mediante subscrição de 936.031 ações no montante de R\$ 449, integralizadas em mesma data pela companhia. Em 30 de março de 2011, a OTPP subscreveu e integralizou 1.304.307 ações no montante de R\$ 626.

Em 31 de agosto de 2011, a investida Hostens teve seu capital aumentado mediante subscrição de 1.048.358 ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas no montante de R\$ 522.

- (c) CRB – Constituída em 9 de fevereiro de 2009, tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de concessão mediante cobrança de pedágio, a exploração do Sistema Rodoviário definido por corredor Dom Pedro I, constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-083, SPA -114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e Via Perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais, na forma do Edital da Concorrência e do Contrato de Concessão pelo prazo de 35 anos.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito da CRB, está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e 1 ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI. Do total de ações subscritas, 30.000.000 foram integralizadas em sua totalidade no dia 27 de abril de 2011.

- (d) Concessionária Rota dos Coqueiros (“CRC”) – Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboaão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva, assim como a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessário ao funcionamento da referida ponte e sistema. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em 11 de junho de 2010, com início imediato das operações, pelo prazo de 30 anos.
- (e) Odtrans – Constituída em 29 de setembro de 2010. Sociedade domiciliada na Áustria, com propósito de participar em investimentos no segmento de infraestrutura no Brasil e no exterior.

Em 12 de abril de 2011, a OTPP aportou na investida Odtrans o montante de US\$ 6.089 mil equivalente a R\$ 9.573.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 19 de setembro de 2011, a OTPP aportou na investida Odtrans o montante de EUR 600 equivalente a R\$ 1.448.

Em 9 de novembro de 2011, a controlada direta OdTrans destinou sua reserva especial mediante versão de sua participação de 60% na sua controlada direta RTC e de contas a receber.

(f) Rio Trens Corporation ("RTC") - Constituída em 5 de dezembro de 1998, tem como objetivo social a participação em outras sociedades. A Supervia, controlada indiretamente pela RTC, detém a concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2023, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048, subordinada a condição resolutiva consubstanciada na execução pela SuperVia dos investimentos assumidos até 31 de outubro de 2020, conforme estabelecido nos Anexos I e II do aditivo número 8 do Contrato de Concessão. Maiores detalhes Nota 24 (a)).

(g) CBN - é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos.

Em 1º de novembro de 2011, a controlada em conjunto CBN teve seu capital aumentado mediante a emissão de 8.000.000 ações ordinárias ao valor de R\$ 1 (um real), no montante de R\$ 8.000, sendo que a OTPP subscreveu 4.000.000 ações ao montante de R\$ 4.000, todas integralizadas em 1º de novembro de 2011.

(h) Montgomery – Constituída em 2 de setembro de 2005, tem como objetivo social a participação em outras sociedades, nos termos das disposições legais aplicáveis.

O Consórcio Metroquatro, formado pela Montgomery Participações S.A. (30%), Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR (58%), RATP Devellopement S.A. (1%), Benito Roggio Transportes S.A. (1%) e Mitsui & Co Ltd. (10%), detém a concessão da operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, o qual passou a operar parcialmente em 21 de junho de 2010.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado – Consolidado

(i) Composição

| | 2011 | | 2010 | | Taxas anuais de depreciação (%) |
|--------------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|---------------------------------|
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | |
| Terrenos | 12.539 | | 12.539 | 3.071 | |
| Equipamentos de informática | 1.018 | (192) | 826 | 212 | 20 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 2.012 | (561) | 1.451 | 966 | 10 |
| Edificações e benfeitorias | 392 | (81) | 311 | 15 | 10 |
| Móveis e utensílios | 875 | (118) | 757 | 321 | 10 |
| Veículos e embarcações | 235 | (48) | 187 | 10 | 20 |
| Adiantamento a fornecedores | 55.632 | | 55.632 | 21.671 | |
| Juros capitalizados | 2.070 | | 2.070 | | |
| Obras em andamento (*) | 481.830 | | 481.830 | 34.061 | |
| | <u>556.603</u> | <u>(1.000)</u> | <u>555.603</u> | <u>60.327</u> | |

(*) As obras em andamento referem-se substancialmente a controlada direta Emraport, e consistem nos custos incorridos durante a execução das obras civis preliminares e demais custos para construção do terminal portuário, na margem continental do porto de Santos.

As obras civis estão sendo executadas sobre a terra e mar, com diversas camadas de material sólido e tecidos especiais para formar uma estrutura capaz de suportar as cargas na operação portuária.

Os demais custos de elaboração do projeto e gerenciamento das obras de implantação do terminal portuário (R\$ 14.639), aos custos de implantação e manutenção do canteiro de obras (R\$ 5.240), e aos custos de cumprimento das condicionantes ambientais (R\$ 11.728), determinados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, quando da concessão da licença de instalação do terminal portuário. Estes custos serão incorporados para as contas correspondentes após a conclusão das obras, as quais serão rateadas proporcionalmente aos seus custos de formação.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------------------|----------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | 60.327 | 16.136 |
| (+) Adições | 352.687 | 44.156 |
| (-) Baixas | (60) | (111.945) |
| (-) Transferências | (38.910) | (10) |
| (+) Movimentações societárias (*) | 182.099 | 112.144 |
| (-) Depreciação | (540) | (154) |
| Saldo no final do exercício | <u>555.603</u> | <u>60.327</u> |

(*) Inclui saldos de empresas incluídas ou excluídas da consolidação. Em 2011, as principais inclusões referem-se a transferência da CBN, MTG no montante de R\$ 391 e aumento da participação societária na investida Embraport, gerando incremento no imobilizado no montante de R\$ 181.708 (Notas 1 e 24(b)).

11 Intangível - consolidado

(i) Composição

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
| Infraestrutura (a) | 274.887 | 274.656 | 1.869.979 | 1.517.479 |
| Direito de Outorga da concessão (b) | | | 1.252.540 | 1.272.567 |
| Ágio sobre investimento (c) | 1.050.292 | 67.314 | 1.050.292 | 76.581 |
| Compensação financeira - Estado Rio de Janeiro | | | 22.447 | 23.296 |
| Licenças ambientais e outros | | | 4.306 | 1.576 |
| | <u>1.325.179</u> | <u>341.970</u> | <u>4.199.564</u> | <u>2.891.499</u> |

(a) Infraestrutura

Após a adoção do ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear, às taxas anuais mencionadas abaixo:

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | 2011 | 2010 | |
|--|------------------|--------------------------|------------------|------------------|--------------------------------|
| | Custo | Amortização acumulada | | Líquido | Taxas anuais de amortização |
| Edifícios e instalações | 517.442 | (128.338) | 389.104 | 296.363 | 2% - 4% |
| Pavimentações e conservação especial | 277.383 | (14.295) | 263.088 | 146.802 | 12,5% |
| Hardware equipamentos de pedágio | 58.711 | (6.054) | 52.657 | 41.932 | 20% |
| Demais melhorias e aplicações | 30.002 | (794) | 29.208 | 39.108 | 4% |
| Desapropriações | 4.238 | (719) | 3.519 | 23.964 | 3,33% |
| Equipamentos de informática | 9.638 | (4.103) | 5.535 | 5.051 | 20% |
| Ferramentas e aparelhos acessórios | 575 | (104) | 471 | 217 | 20% |
| Ponte | 29.335 | (852) | 28.483 | 32.366 | 3,33% |
| Rodovias | 38.733 | (1.184) | 37.549 | 40.361 | 5% |
| Praça de pedágio | 9.939 | (285) | 9.654 | 9.596 | 5% |
| Material rodante | 163.875 | (63.924) | 99.951 | 101.235 | 8% |
| Máquinas e equipamentos | 31.920 | (12.873) | 19.047 | 11.831 | 10% |
| Móveis e utensílios | 4.658 | (2.271) | 2.387 | 1.614 | 10% |
| Obras em andamento | 184.630 | | 184.630 | 39.374 | |
| Veículos | 4.093 | (616) | 3.477 | 362 | 20% |
| Meio ambiente e equipamentos de Segurança | 17.149 | (447) | 16.702 | | |
| Custo de empréstimo | 7.306 | | 7.306 | | |
| Direito de acesso à infraestrutura (nota 24 (a)) | 727.303 | (10.092) | 717.211 | 727.303 | |
| | 2.116.930 | (246.951) | 1.869.979 | 1.517.479 | |

(b) Direito de outorga de concessão

O saldo em 31 de dezembro de 2011 está composto pelas seguintes outorgas:

- (i) A controlada direta CRB possui ativo intangível, no valor de R\$ 1.239.558 (em 2010 - R\$ 1.259.233), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela curva de tráfego limitado ao tempo do contrato; e
- (ii) A controlada indireta SuperVia possui ativo intangível, no valor de R\$12.981 (em 2010 - R\$ 13.334), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão até 2048.

(c) Ágio sobre investimentos

O saldo em 31 de dezembro de 2011 está composto pelos seguintes ágios:

- (i) Ágio registrado sobre o valor dos investimentos na Hostens R\$ 53.820, que foi incorporada pela Companhia, quando da reestruturação societária mencionada na Nota 1.
- (ii) Ágio registrado decorrente da combinação de negócio na aquisição do controle da Embraport no valor de R\$ 986.376 (Nota 24(b)).
- (iii) Ágio registrado sobre o valor do investimento na Logum, que foi incorporada pela Companhia, quando da reestruturação societária mencionada na Nota 1, no valor de R\$ 828.
- (iv) Ágio registrado no montante de R\$ 9.268 referente ao investimento na RTC.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

| | | | | | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|----------------|--------------------|-----------|---------|-----------|-----------|
| | Infraestrutura | Direito de Outorga | Ágio | Outros | Total | Total |
| Saldo no início do exercício | 1.517.479 | 1.272.567 | 76.581 | 24.872 | 2.891.499 | 68.424 |
| (+) Adição | 390.599 | | 987.204 | 299 | 1.378.102 | 2.109.383 |
| (-) Transferência | (951) | | | | (951) | |
| (-) Baixa | (7.695) | | (13.493) | (241) | (21.429) | (1.819) |
| (+) Movimentações societárias (*) | 30.839 | | | 3.430 | 34.269 | 736.571 |
| (-) Outros | (2.685) | | | 701 | (1.984) | |
| (+) Amortização | (57.607) | (20.027) | | (2.308) | (79.942) | (21.060) |
| Saldo no final do exercício | 1.869.979 | 1.252.540 | 1.050.292 | 26.753 | 4.199.564 | 2.891.499 |

(*) A movimentação apresentada, contempla os saldos das empresas consolidadas, a partir das aquisições ou alienações ocorridas no decorrer do exercício social. Em 2011, as principais inclusões referem-se a CBN e Montgomery, conforme mencionado na Nota 1.

12 Empréstimos financiamentos e debêntures – Consolidado

| | Encargos financeiros anuais | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Empréstimo BNDES (a) | TJLP + 2,32% | | | 264.761 | 203.756 |
| Banco do Nordeste (c) | Juros de 9,5% | | | 66.809 | 66.795 |
| Banco Prosper S.A | CDI+ 2,00% a.m e 1,00 a.m | | | 5 | 12.879 |
| Banco Sofisa | CDI + 1,00 a.m | | | | 9.536 |
| Banco Brasil | 127% , 151% e 140% CDI a.m e CDI+ 0,108%am | | | 26.030 | 6.883 |
| Banco Safra | CDI+ 0,50 a.m e CDI+ 0,80 a.m | | | | 9.825 |
| Banco Brasil - FINAME | 0,37% e 057% a.m | | | 1.045 | 1.178 |
| Banco Indusval | CDI+ 0,90 a.m | | | | 3.161 |
| Leasing | IGPM | | | 1.367 | 1.363 |
| Banco Itaú | CDI + 124,5% e CDI + 0,23 a.m | | | 30.246 | |
| Banco Santander | CDI+ 0,199% a.m | | | 20.162 | |
| Banco ABC Brasil | CDI+ 0,197% a.m | | | 11.089 | |
| Caixa Econômica Federal (f) | TJLP + 3,40% | | | 319.908 | |
| Banco do Nordeste (c) | Juros de 10% | | | 103.612 | |
| Desenhahia (e) | Juros de 9% a 10% | | | 12.861 | |
| Banco do Brasil (d) | 118% do CDI | 251.850 | 276.553 | 251.850 | 276.553 |
| | | 251.850 | 276.553 | 1.109.745 | 591.929 |
| Debêntures (b) | TJLP + 9,57% | | | 1.287.588 | 1.153.104 |
| Debêntures (b) | DI + 2,28% | 442.215 | 390.000 | 442.215 | 390.000 |
| | | 442.215 | 390.000 | 1.729.803 | 1.543.104 |
| Passivo circulante | | | (276.553) | (247.619) | (345.590) |
| Passivo não circulante | | 694.065 | 390.000 | 2.591.929 | 1.789.443 |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a CRB contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito à remuneração de TJLP + 2,32% a.a, e o montante de R\$ 184.314 está sujeito à remuneração de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% ao ano.

A investida CRB assumiu compromissos previstos nos contratos de empréstimos e vem cumprindo adequadamente.

A composição da operação das parcelas do empréstimo liberado junto ao BNDES no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada da seguinte forma:

| <u>Liberação</u> | <u>Principal</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Encargos (% a.a.)</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|------------------|------------------|-------------------|--------------------------|-------------|-------------|
| ago/10 | 175.364 | (*) | TJLP + 2,32% | 178.388 | 178.388 |
| dez/10 | 30.000 | abr/21 | TJLP + 2,32% | 30.511 | 30.053 |
| mar/11 | 34.103 | abr/21 | TJLP + 2,32% | 34.697 | |
| out/11 | 13.963 | mai/22 | IPCA + 9,60% | 14.405 | |
| out/11 | 3.616 | abr/23 | TJLP + 2,32% | 3.669 | |
| out/11 | 3.371 | abr/21 | TJLP + 2,32% | 3.323 | |
| out/11 | 632 | abr/23 | TJLP + 2,32% | 641 | |
| nov/11 | 8.238 | mai/22 | IPCA + 9,60% | 8.398 | |

(*) O montante de R\$ 175.364 liberados em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril de 2023, R\$ 4.217 em abril de 2025 e o restante de R\$ 148.925 em abril de 2021.

(b) Debêntures

A Companhia realizou em 27 de dezembro de 2010 a primeira emissão de 39 (trinta e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 390.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 28 de dezembro de 2010.

As debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos, a contar a data de emissão, vencendo em 27 de dezembro de 2020. A remuneração se dará com base na variação acumulada das taxas médias diárias do D.I. (depósitos interfinanceiros), acrescida de um spread de 2,28% ao ano.

Os recursos emitidos pela Companhia por meio da emissão das debêntures serão destinados para recomposição/reforço de caixa para a aplicação em investimentos.

A CRB realizou em 15 de junho de 2010 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010. Foram emitidas 110.000 debêntures, sendo que 55.000 de Primeira Série, com vencimento até janeiro de 2022, e 55.000 de Segunda Série, com vencimento até julho de 2022.

A investida CRB assumiu compromissos previstos nos contratos de debêntures e vem cumprindo adequadamente.

As debêntures serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") acrescido da taxa percentual equivalente a 9,57% ao ano.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Banco do Nordeste

Em 27 de dezembro de 2007, a controlada CRC firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), no montante de R\$ 52.900, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

Em 29 de abril de 2011, a CBN firmou um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 4% a.a. mais TJLP.

Em 10 de agosto de 2011, foi firmado outro contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 254.139 que serão liberados em 8 parcelas, pelo prazo de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 10% ao ano. Até 31 de dezembro de 2011 foram liberadas 4 parcelas no montante de R\$ 171.970.

(d) Banco do Brasil

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 251.850 refere-se ao saldo atualizado do empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco do Brasil em 25 de agosto de 2009, pelo valor original de R\$ 239.741, taxa de juros de 118% do CDI, e sem garantias específicas no contrato.

Em 12 de agosto de 2011, foi assinado aditivo contratual com a prorrogação do vencimento para 12 de agosto de 2018. O pagamento do valor principal será realizado em 5 parcelas anuais iguais no montante de R\$ 47.948 a partir de 12 de agosto de 2014, e os juros serão liquidados semestralmente a partir de fevereiro de 2012.

(e) Desenhahia

Em 15 de abril de 2011, a CBN firmou contrato de financiamento junto ao Desenhahia, no valor de R\$15.000, pelo prazo de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato (15 de abril de 2011) e período de amortização de 210 meses, com prestações mensais e sucessivas cujo valor unitário será calculado pelo SAC, sendo a primeira parcela em 15 de novembro de 2013 e a última em 15 de abril de 2031.

A taxa de juros contratual é de 3% a.a mais TJLP, sendo os juros exigidos trimestralmente, durante o período de carência, e mensalmente, durante o período de amortização. A liberação do recurso contratado ocorreu em 11 de julho de 2011.

Em 12 de agosto de 2011, foi firmado outro contrato de financiamento junto ao Desenhahia no valor de R\$ 30.000 que serão liberados em 8 parcelas, pelo prazo de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato (12 de agosto de 11). A taxa de juros contratual é de 10% ao ano, e até 31 de dezembro de 2011 foi liberada 1 parcela no montante de R\$ 10.559.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Caixa Econômica Federal

Em 26 de setembro de 2011, a investida Embraport assinou com a Caixa Econômica Federal contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 633.435 com carência de 40 meses e prazo de amortização de 140 meses a partir do final da carência. Em 16 de dezembro de 2011, foi liberado o montante de R\$ 319.353.

(i) Custo de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

(ii) Garantias

As debêntures e o financiamentos de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

A Companhia concedeu aval de fiança bancária para a controlada CRB em substituição da Conta Reserva de O & M, a qual devera conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base no montante que foi gasto pela CRB nos três meses anteriores. Em 31 de dezembro de 2011 o valor da fiança é de R\$ 170.000 ao custo de 1,30%a.a.

(iii) Prazo de vencimento

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

| | Consolidado | |
|----------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 |
| 2012 | | 187.331 |
| 2013 | 49.819 | 141.039 |
| 2014 | 123.464 | 136.375 |
| 2015 | 150.274 | 131.857 |
| 2016 em diante | 2.268.372 | 1.192.841 |
| | <u>2.591.929</u> | <u>1.789.443</u> |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Partes relacionadas – Consolidado

(i) Composição

| | Ativo | | Passivo | |
|---------------------------|------------|----------------|--------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| RTC (a) | | | 9.840 | 6.204 |
| CRC (b) | | | | 13.585 |
| Montgomery (c) | | 15.740 | | 6.205 |
| OTPP (d) | | 6.205 | | |
| OPI (e) | | 30.000 | | |
| Coimex (f) | | 52.707 | | |
| Outros | 15 | | | |
| Em 31 de dezembro de 2011 | <u>15</u> | <u>104.652</u> | <u>9.840</u> | <u>25.994</u> |
| Em 31 de dezembro de 2010 | | <u>49.724</u> | <u>478</u> | <u>30.426</u> |

(a) Refere-se a contratos de mútuo da controlada direta RTC, com os acionistas minoritários, atualizados a taxa de 6% a.a.

(b) O saldo em aberto refere-se substancialmente à operação de mútuo da CRC com a OPI no montante de R\$ 10.482, corrigida pela variação de 115% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

(c) O saldo a receber em aberto refere-se à operação de mútuo da Montgomery com sua coligada, Concessionária Linha 4 do Metrô de São Paulo, corrigida pela variação de 115% do CDI.

Em 30 de junho de 2011, a MTG, celebrou com sua controlada APMR Investimentos e Participações S.A. (“APMR”) contrato de mútuo no montante de R\$ 6.229, com data de vencimento em 30 de setembro de 2012 corrigido pela variação de 115% do CDI. Em 10 de outubro de 2011 celebrou novo contrato de mútuo com APMR no montante de R\$ 5.276 com vencimento em 30 de setembro de 2012 corrigido pela variação de 115% do CDI.

(d) Refere-se a contrato de mútuo da Companhia com a empresa Montgomery atualizado pela variação de 115% do CDI, com vencimento em 30 de setembro de 2012.

(e) Refere-se a adiantamento efetuado no âmbito do contrato de Comissão Mercantil celebrado em 17 de junho de 2011 no montante de R\$ 30.000 com vencimento em 13 de janeiro de 2013.

(f) Em 28 de agosto de 2009, a Hostens, celebrou com a sua controlada Companhia Importadora e Exportadora (“Coimex”), contrato de mútuo no montante de R\$ 96.592, com data de vencimento em 31 de dezembro de 2012 e taxa de juros de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2011 o montante corrigido é de R\$ 52.707 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$ 49.724), correspondente ao percentual de participação da Companhia.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, totalizou os montantes de R\$ 5.012 e R\$ 1.091, respectivamente.

Para o Consolidado, a remuneração paga aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, totalizou os montantes de R\$ 12.802 e R\$ 4.161, respectivamente.

14 Credor pela aquisição da concessão – Consolidado

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|------------------------|----------------|----------------|
| CRB (a) | 1.165 | 977 |
| SuperVia (b) | 37.636 | 38.710 |
| | <u>38.801</u> | <u>39.687</u> |
| Passivo circulante | <u>(4.321)</u> | <u>(3.927)</u> |
| Passivo não circulante | <u>34.480</u> | <u>35.760</u> |

(a) O ônus variável, composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER – SP) pela outorga, corresponde a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias e sua liquidação ocorre no último dia útil de cada mês subsequente à arrecadação.

(b) A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada pelo prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista, o qual conforme permitido no Edital de Licitação, foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$ 2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$ 6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2011 foram pagas 98 parcelas, e o saldo remanescente é de R\$ 37.636.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Parcelamentos – Consolidado

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|----------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo bruto | 148.069 | 175.332 |
| Ajuste a valor presente | <u>(71.505)</u> | <u>(92.273)</u> |
| Saldo líquido, Light - (a) | 76.564 | 83.059 |
| Cedae - (b) | <u>9.638</u> | <u>10.338</u> |
| | <u>86.202</u> | <u>93.397</u> |
| Passivo circulante | <u>(14.805)</u> | <u>(11.700)</u> |
| Passivo não Circulante | <u>71.397</u> | <u>81.697</u> |

(a) Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light”)

Em 12 de abril de 2007, com o apoio e a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a SuperVia celebrou Termo de Novação de Dívida com a Light para pagamento da dívida acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, em 168 parcelas mensais e sucessivas com os seguintes valores: 24 parcelas de R\$ 500, 24 parcelas de R\$ 700, 24 parcelas de R\$ 900, 95 parcelas de R\$ 1.200 e a última parcela representará o saldo final, no valor atual de R\$ 5.413.

As parcelas mensais acima são atualizadas monetariamente pela variação do IGPM- FGV - Índice Geral de Preço de Mercado elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e não há incidência de juros.

A cláusula 4^a do referido Termo de Novação faculta à SuperVia liquidar antecipadamente o débito parcelado com desconto de 2,1% a.m., desde que esteja em dia com todas as parcelas vencidas até a data do exercício desta faculdade e em dia com as faturas emitidas pela Light.

O ajuste a valor presente foi calculado com base na taxa de juros real de 0,5% a.m., considerando ainda o desconto para pagamento antecipado de determinadas parcelas de 2,1% a.m., explícito no contrato de pagamento.

Em 2010, foram celebrados aditivos e renegociados prazos de antecipação de pagamento, e considerando o desconto financeiro e o ajuste a valor presente, as parcelas do circulante e do não circulante representam R\$ 13.653 (2010 - R\$ 10.547) e R\$ 62.911 (2010 - R\$ 72.512), respectivamente.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae

Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual se compromete a SuperVia a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV.

16 Programa de recuperação fiscal ("Refis") – Consolidado

Em outubro de 2009, a SuperVia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Em junho de 2011, a SuperVia concluiu a consolidação dos débitos dos programas de parcelamentos conforme abrangidos pela Lei 11.941/09, conforme Art, 3º. A SuperVia obteve um desconto nesta consolidação de R\$ 3.026.

(i) Movimentação

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | 32.401 | 36.280 |
| (+) Atualização do período | 2.449 | 3.251 |
| (-) Amortização do período | (7.668) | (7.130) |
| (-) Consolidação | (4.149) | |
| (-) Descontos (Benefício fiscal) | (3.026) | |
| Saldo no final do exercício | 20.007 | 32.401 |
| (-) Passivo não circulante | (8.221) | (7.155) |
| Passivo não circulante | <u>11.786</u> | <u>25.246</u> |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Resumo da consolidação

| | <u>Quantidade meses</u> | <u>Total adesão</u> |
|--|-----------------------------|-------------------------|
| Pis e Cofins de parcelamentos - PGFN | 160 | 1.134 |
| Pis e Cofins de parcelamentos - RFB | 28 | 4.562 |
| Previdenciários de parcelamentos - RFB | 33 | 15.208 |
| Previdenciários de parcelamentos - PGFN | 20 | 82 |
| Auto de Infração Pis e Cofins - RFB | 160 | 2.240 |
| Previdenciários de parcelamentos bônus de diretoria - RFB | 160 | 317 |
| Parcelamento Refis estadual Lei 5.647-2010 | 46 | 102 |
| Total Adesão Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) | | <u>23.645</u> |
| Amortizações no período (jul a dez 2011) | | (4.685) |
| Atualizações no período (jul a dez 2011) | | <u>1.047</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | | <u>20.007</u> |
| (-) Passivo circulante | | <u>(8.221)</u> |
| Passivo não circulante | | <u><u>11.786</u></u> |

Como consequência da adesão ao REFIS, a SuperVia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|----------------|
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 548 | 750 | 112.436 | (1.058) |
| Imposto de renda corrente | | | (5.428) | (2.914) |
| | <u>548</u> | <u>750</u> | <u>107.008</u> | <u>(3.973)</u> |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável em cada controlada esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|----------------|---------------|
| Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos | | |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*) | 58.186 | 14.250 |
| Prejuízo fiscal e base negativa e adições temporárias (**) | 175.818 | 49.088 |
| Impostos sobre ajuste de avaliação patrimonial | 2.411 | 1.829 |
| Outras diferenças temporárias | 24.291 | |
| | <u>260.706</u> | <u>65.167</u> |

(*) Refere-se a impostos diferidos sobre ágio registrado sobre o valor dos investimento da Hostens na Emraport e na Coimex, líquido da provisão para incorporação reversa.

(**) Em 2011, refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e adições temporárias das investidas SuperVia e da CRB nos montantes de R\$ 100.046 (líquido de IRPJ / CSLL diferido passivo sobre AVP da Light (Nota 15 (a))) e R\$ 75.772, respectivamente. Esses créditos tem projeção de realização até 2021.

| | Consolidado | |
|---|--------------------|----------------|
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
| Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos | | |
| Ajuste RTT referente ao ativo diferido baixado | 8.563 | 2.097 |
| Impostos sobre ajuste de avaliação patrimonial | 428 | 1.092 |
| Ajuste ICPC 01 (*) | 14.548 | |
| Ajuste CPC 15 (**) | 363.396 | 229.708 |
| Outras diferenças temporárias | 8.243 | 1.489 |
| | <u>395.178</u> | <u>234.386</u> |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Refere-se a impostos diferidos sobre a margem de construção e diferença no critério de amortização do intangível de infra-estrutura das concessionárias do Grupo.

(**) Refere-se a impostos diferidos sobre aplicação do CPC 15 no ajuste de combinação de negócios da RTC (Nota 24 (a)) e Embraport (Nota 24 (b)), nos montantes de R\$ 227.002 e 136.394, respectivamente.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

| | 2011 | | 2010 | |
|-----------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| OTPP | 403 | 145 | 551 | 198 |
| CRB | 39.708 | 14.339 | (380) | (137) |
| Odtrans | 3.787 | 1.355 | 1.536 | (2.943) |
| CRC | (1.466) | (466) | 295 | 106 |
| CBN | (81) | (29) | | |
| Embraport | 1.773 | 638 | | |
| RTC | 38.460 | 13.869 | | |
| | <u>82.584</u> | <u>29.851</u> | <u>2.002</u> | <u>(2.776)</u> |

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

| | 2011 | | 2010 | |
|------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Hostens | (709) | (259) | (603) | (221) |
| Embraport | 282 | 102 | (1.436) | (519) |
| CRC | (24) | (8) | (306) | (114) |
| RTC | 2.064 | 761 | | |
| Odtrans | (2.069) | (5.600) | | |
| Montgomery | 24 | 9 | | |
| | <u>(432)</u> | <u>(4.995)</u> | <u>(2.345)</u> | <u>(854)</u> |

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia foi constituída em 12 de maio de 2008, mediante subscrição e integralização de 800 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, no montante de R\$ 1.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 28 de outubro de 2009, a então acionista OPI, aprovou em Assembléia Geral Extraordinária, a subscrição de 742.148 novas ações ordinárias, emitidas pela Companhia, no montante de R\$ 742.

Em 28 de abril de 2010, a Companhia emitiu 6.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pela OPI e integralizadas parcialmente no montante de R\$ 3.000 em moeda corrente.

Em 22 de junho de 2010, ocorreram as seguintes movimentações no patrimônio líquido da Companhia:

- (i) Aumento de capital no montante de R\$ 91.489, mediante emissão de 88.488.668 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela então acionista OPI, e integralização de 3.000.000 de ações ordinárias, já subscritas em 28 de abril de 2010, totalizando 91.488.668 ações ordinárias. Esta integralização de capital realizada pela OPI no capital social da Companhia, ocorreu com 146.526.995 ações ordinárias e 29.306.400 ações preferências de emissão da CRB e que, até então, eram detidas pela OPI (Nota 1).
- (ii) Aumento do capital social da Companhia mediante emissão de 60.992.446 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela então acionista ODB, através de 117.221.600 ações preferenciais da CRB.

Após os aumentos de capital social da Companhia descritos acima, a mesma passou a deter, em 30 de junho de 2010, 99,99% do capital social da CRB.

Em 17 de agosto 2010, a Companhia emitiu 14.201.993 novas ações ordinárias, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista OTP, mediante a conferência, em integralização de capital, de bens de propriedade da referida acionista representado por 19.385.740 ações ordinárias de emissão da empresa CRC e 2.668.448 ações preferenciais de emissão da empresa CLN. Após a referida movimentação, a OTP passou a possuir 74% e 8,5% da participação na CRC e CLN, respectivamente.

Em 17 de setembro de 2010, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS subscreveu aporte de capital na Companhia no valor de R\$ 1.896.500, sendo o valor de R\$ 73.040 destinados ao capital social, mediante emissão de 73.039.738 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando 30% do capital social e o montante de R\$ 1.226.960 destinado à formação da reserva de capital, sendo o restante de R\$ 596.500, destinado a capital a integralizar.

Após a movimentação societária descrita acima e na Nota 1, a OTP passou a deter participação equivalente a 70% da totalidade das ações emitidas pela Companhia, sendo os demais 30% pertencentes ao FI-FGTS.

Em 22 de agosto de 2011, o FI-FGTS integralizou o montante de R\$ 596.500 na Companhia, mediante a conferência de 24.678.045 ações, a valor justo, de emissão da Embraport ao capital da Companhia, sendo que R\$ 22.973 foram destinados ao capital social e o montante de R\$ 573.527 foram destinados à conta de reserva de capital, a título de ágio na emissão de ações (Nota 24 (b)).

Em 27 de outubro de 2011, a OTP emitiu 32.615.656 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas em sua totalidade pela OTP Transport, no valor de R\$ 32.616, mediante aporte de 50% e 50% da participação detida na CBN e MTG, respectivamente, e valor contábil.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 243.466 (em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito de R\$ 243.466, e integralizado de R\$ 220.493), composto por 243.465.794 ações ordinárias.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2011 refere-se substancialmente ao ágio reconhecido pela aquisição de 33,33% de participação do FI-FGTS (Nota 24 (b)).

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|----------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 6.288 | |
| Ajuste de conversão de investida no exterior (Nota 9 (b)) | 3.223 | 1.008 |
| Perda na transação de capital (Nota 9 (b)) | (6.723) | |
| Ajuste de ICPC 01 - contratos de concessão (Nota 9 (b)) | | 5.280 |
| Ajuste de avaliação patrimonial (Notas 9 (b) e 24 (b)) | 138.022 | |
| Ajuste de aplicação de CPCs 37 e 43 (*) | (8.404) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>132.406</u> | <u>6.288</u> |

(*) Refere-se ao reflexo da participação adquirida na Embraport sobre o ativo diferido eliminado para fins de consolidação.

(c) Apropriação do lucro

De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo.

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

(ii) Reserva para realização de investimentos (estatutária)

É constituída mediante apropriação de até 75% do lucro líquido, até que, juntamente com a reserva legal, alcance 100% do capital social.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei nº 6404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, uma vez que o dividendo mínimo obrigatório supera o lucro realizado do período, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente.

19 Provisão para contingências – Consolidado

A controlada indireta SuperVia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A controlada CBN registrou o montante de R\$ 2.066 (R\$ 1.033 em 2010) na rubrica de depósito judicial.

- (a) Em 31 de dezembro de 2011, a SuperVia e a CBN apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

| | 2011 | | Consolidado 2010 | |
|--|------------------------|---|------------------------|---|
| | Depósitos Judiciais | Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis | Depósitos Judiciais | Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis |
| Contingências trabalhistas e previdenciárias | 4.052 | 15.969 | 3.583 | 10.772 |
| Reclamações cíveis | 51 | 60.515 | 26 | 43.539 |
| Ação de desapropriação de área | 1.033 | | | |
| Outros | 19 | 1.742 | | 1.743 |
| | <u>5.155</u> | <u>78.226</u> | <u>3.609</u> | <u>56.053</u> |

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda em 31 de dezembro de 2011.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis | | | | Depósitos Judiciais |
|---------------------------------|--|---------------|--------------|---------------|------------------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | FGTS | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 10.772 | 43.539 | 1.743 | 56.054 | 3.609 |
| Adição | 6.600 | 39.285 | | 45.885 | 1.546 |
| Baixas | (1.403) | (22.310) | | (23.713) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>15.969</u> | <u>60.514</u> | <u>1.743</u> | <u>78.226</u> | <u>5.155</u> |

(c) A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões; e
- Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia, de forma consolidada através de suas investidas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R\$ 92.602 e R\$ 21.162, respectivamente.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Receita de construção (Nota 21) | 306.289 | 255.771 |
| Receita de operação | | |
| Receitas em numerário | 153.574 | 124.765 |
| Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) | 240.092 | 113.385 |
| Receitas de vale pedágio | 37.540 | 19.437 |
| Receitas de contraprestação - CGPE | 11.326 | 8.632 |
| Bilheteria | 351.474 | |
| Aluguéis de espaços publicitários e comerciais | 20.738 | |
| Outras receitas | <u>15.407</u> | <u>914</u> |
| | 830.151 | 267.133 |
| Tributos sobre serviços de operação | <u>(59.357)</u> | <u>(19.080)</u> |
| | <u><u>1.077.083</u></u> | <u><u>503.824</u></u> |

21 Receita e custo de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia e suas controladas na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 e OCPC 05).

A receita de construção está relacionada aos contratos de longo prazo, sendo associada aos respectivos direitos conforme o tipo de ativo presente em cada contrato de concessão.

| | | <u>31 de dezembro de 2011</u> | | | |
|--------------------|----------------------------------|-------------------------------|----------------------------|------------------------|------------------------------------|
| <u>Controladas</u> | <u>Direito da Concessionária</u> | <u>Receita de construção</u> | <u>Custo de construção</u> | <u>Margem de lucro</u> | <u>Receita do ativo financeiro</u> |
| CRC | Modelo híbrido | 392 | (388) | 4 | 747 |
| CRB | Ativo Intangível | 168.100 | (166.419) | 1.681 | |
| CBN | Ativo Intangível | 35.761 | (35.403) | 358 | |
| SuperVia | Ativo Intangível | 102.036 | (102.036) | | |
| | | <u>306.289</u> | <u>(304.246)</u> | <u>2.043</u> | <u>747</u> |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita e despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Receitas com juros | 1.733 | 2.195 | 9.855 | 5.010 |
| Variações cambiais e monetárias | 390 | 4.555 | 3.175 | 4.635 |
| Receita de aplicação financeira | 104.702 | 24.690 | 115.792 | 35.634 |
| Outros | 6 | | 3.488 | (108) |
| | <u>106.831</u> | <u>31.440</u> | <u>132.310</u> | <u>45.171</u> |
| Despesas financeiras | | | | |
| Despesas com juros | (94.170) | (30.279) | (332.463) | (147.535) |
| Encargos financeiros pela aquisição da concessão | | | | (6.304) |
| IOF sobre operações financeiras | (1.704) | (4.114) | (2.132) | (8.930) |
| Ajustes ICPC | | | (2.910) | (1.098) |
| Variações cambiais monetárias | | (9.065) | (18.394) | (9.065) |
| Juros mutuo | | (2.233) | (1.113) | (25.942) |
| Comissões e despesas bancárias | (641) | (1.466) | (2.977) | (12.875) |
| Multas por atraso | | | 2.123 | 1.157 |
| Impostos sobre operações financeiras | | (189) | (1.560) | (189) |
| Outros | (92) | | (2.931) | 905 |
| | <u>(96.607)</u> | <u>(47.346)</u> | <u>(362.357)</u> | <u>(209.876)</u> |
| | <u>10.224</u> | <u>(15.906)</u> | <u>(230.047)</u> | <u>(164.705)</u> |

23 Cobertura de seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados no Grupo obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica da Organização Odebrecht e contando com o apoio da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, o preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros. Em 2011, o montante de cobertura de seguros do Grupo é considerado suficiente pela administração, para fazer face à eventuais sinistros.

Em 2011, o Grupo possuía seguros contratados, substancialmente para a cobertura obrigatória dos riscos dos contratos de concessões, resumidos como segue:

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Modalidade | Cobertura |
|---------------------------------|------------------|
| Risco de engenharia | 1.183.864 |
| Responsabilidade civil | 2.599.266 |
| Seguro de rodovia | 298.348 |
| Garantia de concessões públicas | 320.724 |
| Riscos operacionais | 224.000 |
| Roubo, incêndio e alagamento | 30.850 |
| Outros | 6.520 |

24 Combinação de negócios

- (a) Em 12 de novembro de 2010, a OdTrans Holdings GMBH (“OdTrans”) adquiriu pelo valor de US\$ 227,570 mil (R\$ 392.660), 44,42% das ações da RTC e a totalidade dos títulos conversíveis em ações emitidos pela RTC, os quais foram convertidos em ações em 28 de fevereiro de 2011, dando a OdTrans um incremento de participação da ordem de 15,58%, elevando a participação total de 60% do capital social da RTC. Esta transação teve anuência do Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”) em 29 de dezembro de 2010.

A RTC foi constituída em 5 de dezembro de 1998, com propósito de participar na RTP, controladora da SuperVia, que é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações recorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no contrato de concessão e aditamentos posteriores, que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo de 25 anos. As operações da SuperVia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998, e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 225 quilômetros de vias permanentes.

A Companhia optou por registrar a “participação de não controladores” usando o método da parcela proporcional da participação não controladora nos ativos líquidos identificáveis. Dessa forma, o montante de R\$ 255.595 foi reconhecido, pela mensuração do percentual de participação não controladora de 40% aplicado sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para os acionistas da RTC e os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contraprestação

Caixa- (A) 392.660

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo

| | |
|---------------------------------------|----------------|
| Ativo circulante | 115.149 |
| Contrato de concessão | 727.303 |
| Contas a receber do poder público | 20.511 |
| IR/CSL diferido | 80.437 |
| Outros ativos não circulantes | 286.930 |
| Passivo circulante | 74.727 |
| Passivo não circulante | 270.380 |
| IR sobre diferença valor justo | 229.708 |
| Participação dos não controladores(*) | 16.528 |
| Total - (B) | 638.987 |

Participação dos não controladores - (C) 255.595

**Total dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo-
(D) = (B) – (C) 383.392**

Resultado de combinação de negócio (como calculado)- (D) – (A) (9.268)

(*) Refere-se à participação dos acionistas não controladores da controlada indireta RTP, adquirida em 2011.

Os ativos e passivos adquiridos foram avaliados a valor justo. O valor justo do ativo intangível do contrato de concessão, no valor de R\$ 727.303, foi baseado na projeção dos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente.

Os fluxos de caixa futuros foram determinados com base nas condições estabelecidas para o contrato de concessão, considerando significativamente seus dados históricos, e trazidos a valor presente com base na taxa de desconto considerando a natureza, riscos e forma de realização.

Após análise dos demais ativos e passivos, a Companhia registrou ágio no montante de R\$ 9.268.

Em 2011, a receita bruta decorrente das operações da RTC, apresentada na demonstração consolidada da Companhia é de R\$ 479.128 (em 2010 – R\$ 30.426 (Nota 2.23)).

Em 2011, o efeito de resultado decorrente das operações da RTC, apresentado na demonstração consolidada da Companhia é um lucro líquido de R\$ 8.571 (em 2010 – prejuízo de R\$ 17.706 (Nota 2.23)).

- (b) Em 22 de agosto de 2011, a companhia obteve o controle da Embraport mediante a integralização de seu capital pelo Acionista FI-FGTS no montante de R\$596.500 via transferência de 33,33% das ações do capital social da Embraport. Como resultado, a participação acionária da Companhia no capital da Embraport aumentou de 24,49% para 57,81% do capital social votante.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo da contraprestação transferida na data de aquisição foi de R\$ 1.274.316 e baseou-se no fluxo de caixa descontado da entidade adquirida. A diferença apurada entre o valor justo e o montante integralizado no valor de R\$ 138.072 foi registrada no patrimônio líquido da Companhia em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Nos termos definidos no CPC 15 (parágrafos 41 e 42), a operação descrita foi tratada como uma “combinação de negócios realizada em estágios”, uma vez que a Companhia, anteriormente, possuía controle compartilhado sobre a Embraport. Conforme determinado na referida norma, quando da realização de uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data de aquisição e deve reconhecer no resultado do exercício o “ganho” ou “perda” gerado nessa combinação de negócios.

Adicionalmente, a Companhia optou por registrar a “participação de não controladores” usando o método da parcela proporcional da participação não controladora nos ativos líquidos identificáveis.

Dessa forma, o montante de R\$ 539.744 foi reconhecido, pela mensuração do percentual de participação adquirido anteriormente de 24,49% aplicado sobre o valor justo na data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga e os valores preliminares de ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data de aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação não controladora na Embraport:

Contraprestação

| | |
|---|------------------|
| Valor justo da contraprestação transferida | 734.572 |
| Avaliação da participação anterior | |
| Valor justo da participação adquirida anteriormente | 539.744 |
| Total - (A) | 1.274.316 |

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo

| | |
|--|----------------|
| Ativo circulante | 135.127 |
| Ativo não circulante | 58.205 |
| Imobilizado | 368.992 |
| Intangível – licenças | 4.229 |
| Passivo circulante | 66.571 |
| IR/CS diferidos | 1.987 |
| Total - (B) | 497.995 |
| Participação dos não controladores - (C) | 210.054 |
| Participação da controladora (57,82%) – (D) = (B) – (C) | 287.941 |
| Ágio – rentabilidade futura- (A) – (D) | 986.376 |

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia ainda não havia finalizado a contabilização da compra, visto que ainda estavam em andamento os processos de levantamento de informações dos ativos e passivos adquiridos e assumidos, e como consequência a mensuração dos valores justos envolvidos. Assim, como resultado dessa transação, a Companhia reconheceu em caráter preliminar um ágio no montante de R\$986.376, conforme demonstrado acima.

Tal alocação será devidamente concluída até agosto de 2012. Referido ativo não é amortizado, sujeitando-se ao teste anual de sua recuperabilidade.

Em decorrência de encontrar-se em fase pré-operacional, a Embraport não possui receitas, desta forma, o efeito de resultado apresentado na demonstração consolidada da OTPP é um prejuízo de R\$ 3.456.

A participação detida anteriormente foi avaliada a valor justo na data da aquisição em 22 de agosto de 2011. A diferença entre a participação detida anteriormente e o valor justo foi reconhecida no resultado do exercício e totalizou R\$ 264.765, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 136.394 (Nota 17(a)).

25 Contrato de concessão

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

A CRB celebrou em 2 de abril de 2009, junto a ARTESP, o contrato de Concessão Rodoviária tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CRB terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

A Supervia é detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no contrato de concessão e aditamentos posteriores, no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo de 25 anos, renovável por igual período. As operações da SuperVia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 225 quilômetros de vias permanentes.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o oitavo aditivo referente ao contrato de concessão mencionado anteriormente, cujo preço total da outorga, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos, foi de R\$1.240.990 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões e novecentos e noventa mil reais).

O contrato, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048. A prorrogação do prazo, fixado acima, subordina-se a condição resolutive consubstanciada na execução pela SuperVia dos investimentos assumidos até 31 de outubro de 2020.

O preço da outorga, será pago pela SuperVia, por meio de dação em pagamento, através da realização de investimentos discriminados nos Anexos I e IV do OITAVO ADITIVO, sendo certo que o montante a ser pago sob a forma de investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema. Fica acordado que os investimentos discriminados anteriormente, pagos ao Estado por meio de dação em pagamento, far-se-ão sem majoração da tarifa em vigor, e nem serão considerados para efeito de revisão tarifária.

A SuperVia obriga-se a realizar, às suas expensas, os investimentos na forma e nos prazos ali estabelecidos.

Os bens adquiridos pela SuperVia que são necessários a adequada prestação dos serviços concedidos e que não estiverem totalmente depreciados no término do contrato de concessão, a SuperVia será indenizada pelo Estado pelo valor relativo às parcelas ainda não depreciadas dos referidos bens aportados.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada (CGPE) e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato.

O valor estimado do contrato é de R\$ 143.203, considerando por data base o mês de dezembro de 2005.

A CRC deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da CRC, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Infraestrutura do estado da Bahia ("SEINFRA") e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

Odebrecht TransPort Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

A concessão, pelo prazo de 25 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na recuperação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do Sistema Rodoviário BA 093.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de risco de engenharia, seguro de riscos operacionais, seguro de cascos da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas
- Duplicação
- Implantação de acostamento
- Implantação de passarelas para pedestres
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos
- Instalação de cabines de pedágio

26 Eventos Subsequentes

Em 12 de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu 1.999.375 ações da empresa Nascon Participações S.A. pelo montante de R\$ 62.640, dos quais R\$ 40.000 foram integralizados no ato e o restante será integralizado em moeda corrente em até 12 meses. A empresa tem como objeto social: serviços cominados de escritório e apoio administrativo; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes de comércio de mercadorias em geral não especializado; operações de terminais, compreendendo as atividades de operações de terminais marítimos e terrestres, de uso público ou privado, armazenamento no parque portuário de mercadorias provenientes ou destinadas a embarcações; operação e gestão de equipamentos destinados à carga e descarga; e carga e descarga de embarcações com gestão de equipamentos.

* * *